



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – MALÊS**

**DOMINGOS FAUSTINO PEDRO JOÃO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA  
PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA EM ANGOLA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE  
2018**

**DOMINGOS FAUSTINO PEDRO JOÃO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA  
PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA EM ANGOLA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE  
2018**

**DOMINGOS FAUSTINO PEDRO JOÃO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA  
PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA EM ANGOLA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 30 de outubro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (Orientador)**  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rutte Tavares Cardoso Andrade**  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Florita Cuhanga Telo**  
Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2 PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	7
<b>3 JUSTIFICATIVA</b> .....	8
<b>4 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	9
4.1 PROGRAMAS DE COMBATE A POBREZA .....	9
4.2 SETOR ECONÔMICO .....	9
4.3 SETOR DAS INFRAESTRUTURAS.....	10
4.4 SETORES SOCIAIS .....	12
<b>5 OBJETIVOS</b> .....	16
5.1 OBJETIVO GERAL.....	16
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
<b>6 QUADRO TEÓRICO</b> .....	17
6.1 POBREZA.....	17
6.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	19
6.3 DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	22
<b>7 METODOLOGIA</b> .....	24
<b>8 CRONOGRAMA</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	25

## 1. INTRODUÇÃO

Na pesquisa a ser realizada se pretende refletir em torno do fenômeno pobreza em Angola, analisando e interpretando o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, se apegando propriamente no setor da infraestrutura e no setor social, e entender também sobre como o desenvolvimento sustentável é contemplado dentro do PND. Para isso utilizarei o conceito de pobreza, amoedada por António Pedro Albernaz Crespo e Elaine Gurovitz, e o conceito de desenvolvimento sustentável fornecido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Inicialmente vou trabalhar com três autores principais: o Centro de Estudo de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), Insitituto Nacionalde Estatistica (INE) e também com o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial de Angola.

Na perspetiva de António Pedro Albernaz Crespo e Elaine Gurovitz (2002, p. 3) o conceito de pobreza pode ser definido a partir de duas perspetivas: relativa e absoluta.

Como pobreza relativa, entende-se aquela que calcula a variação de renda per capita das diferentes partes da população. Já a perspectiva absoluta é aquela que se refere a padrões considerados necessários para a satisfação de um nível mínimo ou suficiente de necessidades, também conhecida como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando-se a renda necessária para custeá-los.

A definição trazida por esses dois autores evidencia a complexidade da pobreza e mostra que de fato a pobreza é um conceito ambíguo, ou seja, polissêmico, difícil de se analisar por conta dos muitos sentidos que podem ser atribuídos a ela; o conceito de pobreza pode ser extraído a partir de várias perspectivas (modo de vida, salário mínimo ou mesmo da renda per capita).

Já a definição clássica de desenvolvimento sustentável foi formulada no relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual havia sido convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1983. O relatório o define como “aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991). Dessa forma o desenvolvimento sustentável é concebido como uma estratégia de sobrevivência de nossa

espécie, garantindo melhores condições de vida quer para as gerações presentes, quer para as gerações futuras.

De acordo com os resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola, realizado em maio de 2014 pelo (INE); Angola é caracterizada por uma população total de 25.789.024 de habitantes, sendo que 16.153.987 corresponde a população das áreas urbanas e 9.635.037 das áreas rurais, dos quais 12.499.041 do sexo masculino e 13.289.983 do sexo feminino.

A esperança de vida ao nascer é de 60,2 anos, sendo que 55,5 para o sexo masculino e 63,0 para o sexo feminino, e com um número não definido para as áreas urbanas e rurais. Já a taxa de fecundidade é de 5,7 para o total da população, sendo 5,2 para as áreas urbanas e 6,5 para as áreas rurais.

Quanto ao analfabetismo temos uma proporção da população com 15 ou mais anos de idade que sabe ler e escrever de 65,6%; na faixa de 15 a 24 anos de idade, a taxa é de 76,9%. Há uma significativa diferença no analfabetismo entre homens e mulheres: enquanto 80,0% das pessoas do sexo masculino com mais de 15 anos de idade sabe ler e escrever, entre as mulheres essa percentagem cai para 53,0%.

O acesso da população angolana à escolarização formal pode ser medido pelas taxas líquidas de frequência aos diferentes níveis de ensino, que medem o percentual da população na idade correspondente àquela etapa do ensino que se encontra efetivamente dentro da escola. Temos uma taxa líquida de frequência ao ensino primário de 76,0%, sendo 83,6% para a área urbana e 63,5% para a área rural. Já a taxa líquida de frequência ao primeiro ciclo do ensino secundário é de 15,4%, sendo 21,6% para a área urbana e apenas 3,3% para a área rural. Com relação ao segundo ciclo do ensino secundário, a taxa líquida de frequência é de 8,3, verificando-se uma forte disparidade de gênero: 12,0 para o sexo masculino contra 1,0% para o sexo feminino. Já a população com 24 ou mais anos de idade com ensino superior concluído é de 234.676 pessoas (o que representa menos de 1% da população total), das quais 226.732 vivem em áreas urbana, e 7.944 em áreas rurais.

Considerando os números apresentados acima percebe-se claramente que esses números demonstram até certo ponto o quanto Angola é um país desigual no que diz respeito ao acesso a escolarização formal, quer entre a população urbana quer entre a população rural e também entre homens e mulheres. Os índices de acesso ao ensino secundário são muito baixos. Pois a relação desses números com a pobreza é indireta, mas importante, essa relação

se dá uma vez que as possibilidades de empregabilidade, ou seja, de inserção no mercado de trabalho com particularidade nas áreas urbanas, são condicionadas pela escolarização.

Aqui, é preciso indicar que um dos procedimentos inicialmente pensados para a análise seria a comparação entre os indicadores obtidos no primeiro censo, realizado em 1983 (ele foi feito somente nas províncias de Luanda, Huíla, Huambo e Malanje, por conta da guerra) e os indicadores obtido no último censo realizado em 2014, que por sua vez têm relação com a pobreza, mas por conta da não publicação dos resultados do primeiro censo não vai ser possível fazer essa comparação. Vou me apegar simplesmente nos indicadores obtido no último censo realizado em 2014.

Tendo em conta esses indicadores (total de população 25.789.024, esperança de vida ao nascer 60.2, analfabetismo 65,6% com idade entre os 15 ou mais anos de idade que sabe ler, proporção de agregados familiar com acesso a fonte de água apropriada para o consumo zonas urbanas 57.0%, zonas rurais 22.4% e total da população 44.0%, proporção de família com acesso a eletricidade zonas urbanas 50.9%, nas zonas rurais 2.2% e total da população 31.9%). Fazendo uma relação dos mesmos com a pobreza, nota-se que apesar dos esforços empreendidos os indicadores ainda registam valores preocupantes nomeadamente pelo deficiente acesso aos serviços sociais básicos para os setores da energia, água e educação, pois o acesso a água potável e ao saneamento seguro como os outros bens já mencionados são de extrema importância para o alcance do bem-estar e do desenvolvimento humano da população.

Por intermédio dos indicadores acima percebe-se que o nível de acesso a esses serviços ainda permanece muito baixo, evidenciando assim que não houve progressos significativos, ou seja, muita das necessidades de primeira instância a metade da população ainda não tem acesso.

## **2. PROBLEMA**

Sendo Angola um país da África potencialmente rico em recursos minerais (no seu subsolo podem ser encontrados alguns dos minerais mais importante do comércio mundial, como petróleo, diamante, gás natural, ferro, rochas ornamentais, entre outros minérios), e sabendo que o recurso econômico é um dos elementos primordiais para alcançar o desenvolvimento humano; possuindo esses recursos, em Angola, o normal seria observarmos um equilíbrio no modo de vida da população angolana. Mas, pelo contrário, o modo de vida de 65% das famílias que se encontram nas áreas periféricas da cidade de Luanda e demais províncias se encontram em categorias vulneráveis.

Tendo em conta essas vulnerabilidades (visível no modo de vida e aferível por dados censitários), como será que é compreendido o PND 2013-1017 pela população nas periferias da cidade de Luanda?

### **3. JUSTIFICATIVA**

Na fase inicial do meu crescimento, ou seja, quando menor de idade, sempre tive a preciosidade de equiparar as condições de habitabilidade das pessoas, particularmente as mais chegadas a mim (amigos e familiares). Eu sempre me questionava porque razão uns vivem em melhores condições de vida comparando com os outros. Questões dessa natureza eram frequentes no meu cotidiano. Ao passar do tempo fui percebendo o que estava na base desses questionamentos.

Uma das causas ou razões que me levou a desenvolver esse trabalho foi o fato de eu ter vivido numa zona periférica de Luanda, propriamente no município de Viana (onde se encontra uma grande parte da população de baixa renda) durante um ano, aí eu presenciei o sofrimento, a dor e carência no seio de muitas famílias. Lá o sistema de saúde é completamente debilitado: são apenas dois postos de saúde privados que, por sinal, não reúnem qualquer condição para o funcionamento; sentimos falta de uma rede elétrica estável (durante os sete dias de semana tínhamos energia elétrica apenas durante dois dias, em média) e dificilmente jorrava água nas torneiras.

Em casa de muitas famílias, apenas uma refeição era servida durante o dia, e presenciei casos em que nem sequer essa única refeição havia. Conheci um garoto de 9 anos, cuja casa era bem próxima à minha, que tinha dois irmãos mais novos, um de 7 e o outro de 5 anos de idade. Seus pais estavam desempregados, e sempre que os pais saíam para tentar garantir a refeição dos meninos durante a noite, eles acabavam passando o dia todo sem ter alguma coisa pra comer.

Mais tarde, tive oportunidade de ler um artigo cujo título é “Pobreza em Angola”, com autor não identificado. Esse artigo foi feito com base em entrevistas realizadas no dia 31 de maio a 2 de junho de 2012. Essa entrevista teve duração de 16 horas no município de Belas (atualmente município da periferia de Luanda) onde se concentram também uma grande parte da população de baixa renda. Os munícipes foram dando os seus testemunhos sobre os seus modos de vida, isto é, a falta de alimentação, de emprego, de saúde, de educação, de vestuário e de habitabilidade condigna.

Dessa maneira eu relacionei os testemunhos provenientes das entrevistas supracitadas e a situação de pobreza extrema que eu mesmo presenciei nos arredores do município de Viana; então todos esses problemas suscitados pela pobreza me levaram a desenvolver esse tema. Eu vi esse projeto como uma forma de exteriorizar a dor e o sofrimento que é vivida no seio de muitas famílias angolanas, e buscar entender o problema de um ponto de vista mais amplo, considerando os planejamentos governamentais para o desenvolvimento do país e a incorporação da ideia de desenvolvimento sustentável nesse planejamento.

#### **4. REVISÃO DA LITERATURA**

##### **4.1. PROGRAMAS DE COMBATE À POBREZA PARA O ALCANCE AO DESENVOLVIMENTO**

Como forma de garantir o desenvolvimento e a qualidade de vida ao povo angolano o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território implementou, por intermédio do PND 2013-2017, programas fundamentais e medidas políticas para os seguintes setores: setor econômico, setor das infraestruturas e o setor social. O setor econômico abrangeu por sua vez os seguintes domínios: agricultura, pescas e comércio. Já o setor da infraestrutura abrange o domínio da energia, água, construção; e por último o setor social com os seguintes domínios: família e promoção da mulher, educação, saúde, habitação, assistência e reinserção social (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território 2012, p. 1-234).

##### **4.2. SETOR ECONÔMICO**

Domínio da agricultura, objetivava promover o desenvolvimento integrado e sustentável do sector agrário, tomando como referência o pleno aproveitamento do potencial dos recursos naturais produtivos e a competitividade do sector, visando garantir a segurança alimentar e o abastecimento interno, pois se pretendia:

desenvolver uma agricultura competitiva assente na reorientação da produção familiar para o mercado e no relançamento do sector empresarial, reabilitar e expandir as infraestruturas de apoio à produção agropecuária, alcançar a autossuficiência dos produtos alimentares de base, reduzir as importações e contribuir para a diversificação da atividade económica e promover a criação de emprego e contribuir de forma significativa para o aumento de rendimentos da agricultura familiar (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento do Território 2012. p. 91).

Para cumprir com os objetivos propostos acima no domínio da agricultura, foram desenvolvidos os seguintes programas (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. p. 91):

1. Programa de fomento da atividade produtiva: tinha como meta realizar ações de apoio às campanhas agrícolas e fomentar a produção de sementes;
2. Programa de desenvolvimento da agricultura familiar: visava reabilitar e construir 30 estações de desenvolvimento agrário (EDA), incentivar a agricultura familiar orientada para o mercado e aumentar a capacidade de assistência técnica aos produtores;
3. Programa de desenvolvimento da agricultura comercial: tinha como objetivo assegurar a instalação dos polos agro-industriais de capanda, cubal, longa, quizenga, pedras negras, camabatela, apoiar o programa de desenvolvimento agropecuário de reabilitar estações experimentais do café de amboim e ganda, promover uma campanha de marketing do Café de Angola.

#### **4.3. SETORES DAS INFRA- ESTRUTURA**

Domínio da energia: aqui se pretendia antes de mais levar em conta o conceito de desenvolvimento sustentável na medida em que se tencionava usar com racionalidade os recursos nacionais de proteção ambiental, visando aumentar e melhorar a qualidade do fornecimento de energia eléctrica, para satisfazer as necessidades de consumo de todos os angolanos para assim alcançar o desenvolvimento económico e social do país. Para esse domínio almejava-se “aumentar a capacidade de produção, com o recurso à recuperação e construção de novas centrais hidroeléctricas e termoeléctricas e também promover a reabilitação e a construção de redes de distribuição de energia eléctrica nas áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, com o recurso a soluções técnicas mais económicas”. (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. p.103)

De modo a alcançar os objetivos acima mencionado o (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, por intermédio do PND 2013-2017 desenvolveu os seguintes programas:

1. Expansão da capacidade de produção e transporte de energia eléctrica;
2. Reabilitação e ampliação das redes de distribuição de energia eléctrica;
3. Programa nacional de eletrificação.

Domínio da Água: pois esse domínio tinha como meta melhorar a qualidade do serviço de abastecimento de água tanto nas zonas urbanas como áreas suburbanas e nas zonas rurais, de um modo geral em todo o território nacional. Visando assim “o abastecimento de água potável à população e de água para uso no sector produtivo, bem como serviços adequados de saneamento de águas residuais”. (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. p 104).

Para alcançar esses objetivos foram desenvolvidos os subseqüentes programas pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. (2012.p.103):

1. Água Para Todos;
2. Capacitação Institucional;
3. Reabilitação e Expansão dos Sistemas Urbanos de água e saneamento.

Domínio do urbanismo: esse domínio pretendia por sua vez “promover a requalificação, reabilitação e valorização dos centros urbanos e rurais, possibilitando a fixação ordenada das populações, bem como a dinamização e implementação dos programas de requalificação urbana e da regularização das reservas fundiárias” (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. p.106).

Para levar avante, ou seja, consolidar as pretensões referenciadas acima foram desenvolvidos os seguintes programas contemplados no PND 2013-2017:

1. Programa de ordenamento do território e urbanismo: que visava a atualização e execução da cartografia das sedes, vilas e províncias, numa escala de 1:100 e 1:200; promover a implementação da lei do ordenamento do território e urbanismo e a elaboração dos planos provinciais do ordenamento do território, garantir a elaboração do plano de ordenamento rural e assegurar a implementação da estratégia nacional de desenvolvimento urbano e garantir o melhoramento de assentamentos urbanos precários;
2. Programa de geodesia e cartografia: visava promover a elaboração do cadastro nacional de terras e elaborar o cadastro nacional do património habitação.

Domínio dos transportes: tinha como propósito para o país a criação de uma rede de transportes integrada e adequada aos objetivos de desenvolvimento nacional e regional. Esse domínio tinha como política prioritária “concluir o processo de modernização dos aeroportos e consolidar a regulação aeronáutica ao nível dos melhores padrões internacionais, concluir a

reabilitação dos caminhos-de-ferro e efetuar a sua integração, consolidar a rede de transportes públicos de passageiros’’ (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. P.1009).

De maneira a alcançar os objetivos pretendidos o Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial desenvolveu por intermédio do PND 2013-2017 os seguintes programas:

1. Programa de reabilitação e construção de infraestrutura para o setor marítimo;
2. Programa de reabilitação e construção de infraestrutura para o setor ferroviário;
3. Programa de reabilitação e construção de infraestrutura para o setor aéreo;
4. Programa de reabilitação e construção de infraestrutura para o setor rodoviário.

#### **4.4. SETORES SOCIAIS**

Domínio da família e promoção da mulher: essa área tinha como propósito a criação de condições económicas, sociais, culturais e políticas de modo que as famílias pudessem desempenhar a sua função central na sociedade, como unidade social base, com respeito da sua identidade, unidade, autonomia e valores tradicionais. (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. P.110).

Para chegar até aos objetivos desejados nesse domínio foram criados os seguintes programas:

1. Programa que vela pela valorização da família e aumento das competências Familiares: se propunha em atualizar o código de família; promover a elaboração e impressão de cartilhas sobre competências familiares e desenvolver o projeto de preparação de futuros casais;
2. Programa de apoio às questões de género e promoção da mulher: organizar o conselho de coordenação multissetorial em género, formular a política nacional de género, promover formação de mulheres empresárias e mulheres líderes e apoiar as iniciativas de organizações das Jovens.

Domínio da educação: para esse domínio se objetivava ‘‘promover o desenvolvimento humano e educacional, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos angolanos de um modo geral; priorizando a qualidade de ensino a todos os níveis’’. (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. P.114).

Como caminho para se chegar ao que se pretendia foram desenvolvidos esses programas:

1. Programa expansão do ensino pré-escolar;
2. Programa desenvolvimento do ensino primário e secundário;

3. Programa de intensificação da alfabetização de adultos;
4. Programa melhoria do sistema de formação técnico profissional.

Domínio da Saúde: esse domínio objetivava antes de mais promover o estado sanitário da população angolana, assegurando assim a longevidade da população, apoiando por sua vez os grupos sociais mais desfavorecidos e contribuir para combater à pobreza. Essa área tinha como prioridade “aumentar a esperança de vida à nascença, melhorar o índice de desenvolvimento humano e o alcance dos objetivos do milénio, reduzir a mortalidade materna, infantil e infanto-juvenil, bem como melhorar a organização, a gestão e o funcionamento do sistema nacional de saúde” (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. P.122).

De modo a alcançar os objetivos no domínio da saúde foram criados os seguintes programas:

1. Programa de prestação de cuidados de saúde;
2. Programa prestação de cuidados primários e assistência hospitalar;
3. Programas de desenvolvimento do sector farmacêutico e de gestão de dispositivos médicos.

Domínio da habitação: esse setor tinha como meta garantir o direito a uma habitabilidade condigna para todos os cidadãos, especialmente para as camadas de menor poder aquisitivo e criar habitação de modo a melhorar o saneamento básico das cidades (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. P.125).

De maneira a alcançar os propósitos definido no domínio da habitação foram criados esses programas:

1. Programa de cadastramento e recadastramento do património habitacional do Estado: Registrar e cadastrar o património habitacional a receber e assegurar a regularização jurídica dos prédios em situação irregular;
2. Promoção do programa de habitação social: garantir a oferta de habitações em condições especiais de preços e financiamento para as camadas de menor poder aquisitivo, promover a construção de habitações sociais a nível.
3. Promoção do programa de habitação social: tencionava assegurar a gestão imobiliária do património do Estado e garantir a alienação de imóveis do património do Estado.

Domínio da assistência e reinserção social: essa área tinha como proposito contribuir ativamente para a redução da pobreza em Angola, através da assistência aos grupos mais

vulneráveis para a sua reintegração social e produtiva, por intermédio de implementação de alguns programas. (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. 2012. P.126).

Para apoiar os mais necessitados, no caso aqueles que se encontravam em condição de vulnerabilidade e amenizar a pobreza, teve a necessidade de se criar os seguintes programas:

1. Programa de apoio Social;
2. Programa de apoio as instituições de acolhimento de crianças e pessoas idosas sob controlo do executivo;
3. Programa de alargamento da rede de equipamentos sociais e infraestruturas.

Os programas aqui mencionado incidem em setores ( da infraestrutura abrange o domínio da energia, água e o setor social com os domínios : da família e promoção da mulher, educação, saúde, habitação, assistência) que por sinal têm uma certa relação com a pobreza, então se porventura esses programas chegassem a alcançar os seus objetivos pois teriam contribuído gradativamente para a erradicação da pobreza, proporcionando assim bens de primeira necessidade e não só que esses programas se propõem em alcançar (educação, saúde, habitação, saneamento básico, alimentação entre outros) e que muitas famílias carecem, especialmente as da zona periférica da cidade de Luanda onde se encontram grande parte da população de baixa renda.

O desenvolvimento sustentável a muito tempo vem sendo pensado como aquele que se preocupa com a preservação do ambiente, ou seja, da natureza. O desenvolvimento sustentável não se limita por e simplesmente na preservação do ambiente ele inclui também as pessoas, se propõe no combate à fome, visa erradicar a miséria, tenta promover o trabalho decente e promover a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres nas relações sociais no trabalho. Esses programas foram desenvolvidos com o intuito de melhorar a qualidade de vida ao povo angolano; de uma forma indireta nota-se a presença do desenvolvimento sustentável nos programas de combate à pobreza aqui descrito.

O desenvolvimento sustentável também está contemplado no PND (nos programas de combate à pobreza) por intermédio da promoção e diversificação das estruturas econômicas como política prioritária para promover a competitividade dos vários setores da atividade econômica que muitos desses programas se propõem a alcançar, aproveitando a potencialidade dos recursos naturais que Angola possui para assim garantir a segurança alimentar e o próprio abastecimento interno. Com olhar as próximas gerações.

#### 4.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADO NOS PROGRAMAS

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), define o PND como o instrumento principal a médio prazo, que por sinal marca uma nova fase de desenvolvimento humano e econômico alicerçado num triângulo virtuoso de estabilidade, crescimento e emprego (2016, p. 12).

Aqui vamos nos propor a analisar os programas de combate à pobreza e (particularmente do setor da infraestrutura e do setor social) o alcance ao desenvolvimento contemplado no PND 2013-2017, com base nos indicadores do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014 e também a partir das observações feitas pelo Centro de Estudos de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC).

Segundo CEIC, quanto mais baixo for o valor do produto interno bruto (PIB) maior é a situação de cidadão sem acesso as condições mínimas de dignidade humana (saúde, educação, alimentação, vestuário, habitabilidade etc.) ou seja, a pobreza absoluta no caso tende a ser maior.

As taxas de pobreza em Angola de acordo com o CEIC estão estimadas para os anos de:

ANO	PERCENTAGEM
2012	38,6%
2013	37,2%
2014	36,5%
2015	37,4%
2016	40,1%

Tabela de percentual das taxas de pobreza em Angola segundo CEIC.

A tabela acima pode ser comparada com o Índice de Desenvolvimento Humano 2016 (o mais atualizado) apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é de 0,533 (considerado IDH médio, evidenciando que Angola ainda se encontra no grupo de países de baixo desenvolvimento). Nota-se claramente que o objetivo do PND 2013-2017, de reduzir a taxa de pobreza no país para 28% por conta dos programas desenvolvidos não foi alcançado, pode se dar o caso de ter reduzido uma percentagem mínima, mas o objetivo principal que era reduzir a pobreza até 28% não se chegou a alcançar.

Conforme explica o CEIC, para que se tivesse uma taxa de 28% de pobreza seria necessário ter “uma taxa de crescimento médio anual do PIB entre 2014-2017 de 11%, o que não aconteceu; seria necessário também que a elasticidade pobreza-rendimento<sup>1</sup> se situarem em -1,85% simbolizando melhorias significativas no sistema de redistribuição de rendimento, pois não foi o caso também, e, por último, a redução do processo de acumulação de capital considerados pouco transparente substituindo-o por um processo mais inclusivo mais centrado no emprego e no incentivo à produção” (CEIC, 2016. p. 185).

Portanto seguindo a lógica do CEIC nota-se que a população angolana de acordo com o censo de 2014 cresceu gradativamente sendo que o valor do PIB reduziu gradativamente nos anos de 2015, 2016 e 2017. Assim sendo nessa perspectiva o índice de pobreza não reduziu ao nível que o PND2013-2017 esperava alcançar. (CEIC, 2016, p. 184)

Portanto os programas aqui dispostos foram bem desenvolvidos sendo que olham especificamente para setores ligado diretamente a pobreza, mas por outro lado percebe-se também que os objetivos do governo para com os programas foram inalcançáveis.

Quando analisamos a pobreza percebemos a sua influência direta e indireta com os problemas que são suscitados por ela (sofrimento por insuficiência de bens que se resume na falta de alimentos, vestuário, cuidados de saúde, exclusão social entre outros). A proposta consiste em combater a pobreza a partir da promoção do desenvolvimento sustentável de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos dos programas aqui trazidos. O desenvolvimento sustentável traz a ideia de combater a pobreza e a exclusão social conservando e aproveitando os recursos de modo a gerar benefício para as populações.

O desenvolvimento sustentável é uma proposta que vai mais além do assistencialismo e da caridade traz propostas de melhoria de qualidade de vida, se preocupa com a igualdade social. A forma mais efetiva de atingir esses objetivos se dá através da promoção do desenvolvimento sustentável promovendo assim a criação e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos comunitários (tal como os que os programas dispõem).

## **5. OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **5.1 OBJETIVO GERAL**

- Analisar os programas propostos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, particularmente no setor da infraestrutura e no setor social, que têm potencial

---

<sup>1</sup> Elasticidade pobreza-rendimento: Trata-se de um conceito de microeconomia, que associa a redução da pobreza à distribuição interna da riqueza, ou à desigualdade social; em linhas gerais, quanto menor a elasticidade, maior o crescimento necessário para diminuir a pobreza.

incidência sobre a redução da pobreza por meio de estratégias de desenvolvimento sustentável.

### 5.1. OBJETIVO ESPECÍFICO

- Perceber como o desenvolvimento sustentável está contemplado no PND, e de que forma ele se articula com as metas de redução da pobreza;
- Avaliar, através dos dados do Censo de 2014, do cálculo do IDH e da estimativa da taxa de pobreza feita pelo CEIC, os limites e desafios enfrentados pelos programas de desenvolvimento propostos pelo PND.

## 6. QUADRO TEÓRICO

Este projeto de pesquisa centra-se em torno de três conceitos principais: pobreza, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, que serão revisados a seguir.

### 6.1. POBREZA

A concepção de pobreza se encontra ligada à ideia de carência; e ela pode ser avaliada a partir de diversos pontos de vista, que por sinal podem divergir ou convergir dependendo muito do espaço em que essa mesma análise for feita. Por exemplo, temos países que optam por considerar a renda e outros fatores como desigualdade, vulnerabilidade, carência entre outros pontos para assim definir a pobreza. Trata-se de um conceito em construção, cujos pressupostos diferem de acordo com os valores e princípios sociais. Podendo ser, portanto, conceituada de diferentes maneiras, como é observado com grande frequência (AZEVEDO e BURLANDY, 2010, p.3).

Correia (2011), Rego (2013) e Rocha (2006) estabelecem duas medidas em comum para que se possa definir a pobreza a partir de uma dualidade analítica e interpretativa desta condição, ora pela definição compreendida como pobreza absoluta e pobreza relativa.

A pobreza absoluta se associa especificamente à sobrevivência física de cada pessoa, quando o indivíduo encontra dificuldade ou impossibilidade de satisfazer suas necessidades, pelo não atendimento das mínimas necessidades vitais, como nutrição e moradia. A dimensão empírica é constantemente vinculada à satisfação nutricional do indivíduo ou do grupo familiar e a definição dessa categoria de pobreza está constantemente vinculada a condições extremas de privação (CORREA, 2011; REGO, 2013; ROCHA, 2006).

A definição de pobreza relativa está relacionada às contrariedades do meio social em que o indivíduo pertence, de uma maneira que o atendimento das necessidades básicas não

consegue ser compensado por outros motivos, que não estão ligados unicamente a renda, mas sim à não disponibilização de serviços de saneamento básico, ou ainda a carência de uma educação adequada, ou a discriminação de gênero (CORREA, 2011; REGO, 2013; ROCHA, 2006).

De uma forma ou de outra, essas interpretações auxiliam enquanto tipos ideais construídos pelas similaridades das realidades e contextos sociais complexos, permitindo o exercício reflexivo desta condição.

Para Sandroni (2002, p.406), pobreza é o “estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de renda ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação”.

A definição acima suscita duas abordagens específicas no que tange as carências:

- Carência de necessidades básicas: implica um conjunto de necessidades básicas, tais como: alimentação, vestuário, moradia, entre outros que normalmente são constituídos numa cesta de bens necessários à sobrevivência humana;
- Carência de renda: refere-se à privação de renda para que o indivíduo possa satisfazer suas necessidades.

Na visão dos sociólogos, a definição de pobreza é complexa, pois ora revela um quadro homogêneo, ora um quadro com inúmeras variações. Para eles, as privações e carências estão enraizadas nas injustiças estruturais e desvantagens inerentes das condições sociais de diferentes grupos ou estratos em uma sociedade. Assim, de acordo com Johnson (1997, p. 176), pobreza pode ser definida como “situação nas quais pessoas carecem daquilo de que têm necessidade para viver”.

Já para Nayara (2000), ninguém melhor do que os próprios pobres para falar sobre sua situação. A autora entrevistou populações desprovidas, em vários países do mundo, sobre suas opiniões acerca do que é ser pobre; a forma como encaram as oportunidades, os riscos e as limitações que se lhe apresentam. Por intermédio das definições dadas por pessoas que se encontrava em condição de pobreza, Nayara chegou à conclusão que: “Pobreza é estar doente e não ter condições de ir ao médico. Pobreza é não ter condições de ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter um emprego, é temer o futuro, viver um dia de cada vez. Pobreza é perder uma criança para uma doença causada pela água poluída”.

Trazendo um diálogo entre autores nota-se que apesar da diferenciação dos conceitos relativos à pobreza, encontramos um ponto de ligação, isto porque na sua maioria a definição

de pobreza se encontra associado à ideia de privação, carência e falta de bens, entre outros aspectos.

Para Santos e Arcoverde (2011, p. 4), a mensuração de pobreza é realizada a partir da conceituação, no entanto diferentes significados proporcionam variadas formas de medir o fenômeno. A identificação de quem são os pobres, quantos são os pobres, ou onde estão os pobres remete à escolha de uma opção metodológica estatística para responder tais questões, ou seja, codificar num conjunto global de indivíduos o número de pessoas que contemplam esse fenômeno.

De uma forma geral, existem três abordagens vinculadas à mensuração da pobreza para Santos e Arcoverde (2011, p.4):

- Renda: a pessoa é pobre se somente estiver abaixo de uma linha de pobreza monetária pré-definida;
- Necessidades básicas não satisfeitas: essa abordagem leva em consideração as necessidades físicas e psíquicas;
- Das capacidades: é aquela pobreza ocasionada pela ausência de oportunidade ou capacidade (“seres e teres”) relevantes para atingir nível aceitável.

Considerando os diversos conceitos oferecidos nesse projeto com relação ao fenômeno pobreza, nota-se a complexidade do tema. Então por conta dessas várias definições, com particularidade para a definição de pobreza ligada a satisfação das necessidades básicas e oportunidade de capacidade, que de certo modo estão relacionados com o desenvolvimento humano eu pode entender a pobreza como sendo a ausência de todos aqueles bens considerados necessário para o alcance do bem-estar, e de um modo um modo de vida considerado condigno, para que as populações tenham uma vida pacífica. Para essa pesquisa vou me propor a trabalhar com os conceitos de pobreza ligados a satisfação das necessidades e a oportunidade de capacidade.

## 6.2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Barbosa 2008, p.1 o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX.

Barbosa explica que em 1986 a Conferência de Ottawa (Carta de Ottawa, 1986) estabeleceu cinco requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável: integração da

conservação e do desenvolvimento, satisfação das necessidades básicas humanas, alcance de equidade e justiça social, provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural, manutenção da integração ecológica. (BARBOSA, 2008, P.3)

Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD). Presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento (CNUMAD) conhecido também como Conferencia Rio-92, em 1991 foi desenvolvido um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Tal relatório contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano (BARBOSA, 2008, p.1).

Segundo esse mesmo relatório “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

O relatório Brundland considera que a pobreza generalizada não é mais inevitável e que o desenvolvimento de uma cidade deve privilegiar o atendimento das necessidades básicas de todos, e oferecer oportunidades de melhoria de qualidade de vida para a população. Um dos principais conceitos debatidos pelo relatório foi o de “equidade” como condição para que haja a participação efetiva da sociedade na tomada de decisões, através de processos democráticos, para o desenvolvimento urbano.

Apesar de ser um conceito questionável por não definir quais são as necessidades do presente nem quais serão as do futuro, o relatório de Brundland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente.

A Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento 1988, 1991 explica que os objetivos que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável estão relacionados com o processo de crescimento da cidade e objetiva a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Entre esses objetivos a CMMD faz questão de destacar os seguintes: crescimento renovável, mudança de qualidade do crescimento, satisfação das necessidades essenciais por: emprego, água, energia, alimento e saneamento básico; garantia de um nível sustentável da população, conservação e proteção da base de

recursos, reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco e reorientação das relações econômicas internacionais.

Não obstante dos recursos e esforços que muitas vezes os governos, organismos internacionais e a sociedade civil organizada, sabemos que a superação da pobreza tanto no âmbito global como nacional, ainda é notório a apresentação de resultados insuficientes.

É importante dizer que o desenvolvimento sustentável é um conceito muito abrangente que tende a ser associado ao crescimento econômico e a preservação do ambiente, mas acontece que ela não se limita somente nesses aspectos, ele tende a pensar também em questões humanitárias, tanto é que tem como objetivo principal a erradicação da pobreza e redução da desigualdade social, acesso serviços sociais (o ensino) entre outros aspectos, pois ela se preocupa em assegurar uma vida saudável de modo a promover o bem estar social.

Sachs (1993) alega que para alcançar o desenvolvimento sustentável é preciso considerar as seguintes dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

- Sustentabilidade social: tem como objetivo melhorar os níveis de distribuição de renda, diminuindo assim a exclusão social e a distância que separa as classes sociais;
- Sustentabilidade econômica: diz respeito a aumento na eficiência do sistema, seja na locação dos recursos ou na sua sugestão;
- Sustentabilidades ecológica: concerne à preservação do meio ambiente sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais, necessário a sobrevivência do ser humano;
- Sustentabilidade espacial: se refere ao tratamento equilibrado da área rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentos humanos;
- Sustentabilidade cultural: diz respeito a alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

Nota-se que existe uma controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e o conceito de desenvolvimento. A ampliação do produto é importante, mas não traz, por si só, o desenvolvimento. Pensar em desenvolvimento é antes de qualquer coisa, pensar na distribuição de renda, saúde, ambiente, liberdade, lazer, entre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2002, p. 23).

Segundo Oliveira (2002, p. 4), desenvolvimento pode ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordens econômica, política e principalmente humana e social. O crescimento econômico apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é efetivamente um requisito para superação da pobreza e para a construção de um padrão digno de vida. (OLIVEIRA,2002, p.4).

Já Sandroni (1998) considera o desenvolvimento econômico como crescimento econômico acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende de cada país ou região, do seu passado histórico a posição e extensão geográfica, das condições demográficas da cultura e dos recursos naturais que possuem.

A preocupação em preservar o ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer a população futura as mesmas condições e recursos naturais que dispõe gerações presentes (OLIVEIRA, 2002, p. 21). Ou seja, como forma de garantir a preservação da natureza e a qualidade de vida do planeta de um modo geral, surge o desenvolvimento sustentável.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável incidem na nossa pesquisa a partir do momento que nos passam uma visão mais ampla e abrangente sobre o fenómeno pobreza e a importância que o desenvolvimento sustentável tem para o combate a esse fenómeno. Pois elas são identificadas no PND por conta dos propósitos que os programas de combate à pobreza aqui descritos se propõem a alcançar que é por sinal melhorar a qualidade de vida do povo angolano de um modo geral, garantindo assim melhores condições de vida, tendo de certo modo uma relação com o desenvolvimento sustentável, pelo fato de terem um fenómeno pobreza como um fator em comum.

### 6.3. DESENVOLVIMENTO HUMANO

Segundo a Organização das Nações Unidas, no relatório de Desenvolvimento Humano Global (2011), o desenvolvimento humano é diretamente ligado à garantia dos direitos fundamentais ao cidadão. O acesso aos direitos sociais permite realizar escolhas, gozar de oportunidades mediante as capacidades individuais. O exercício dos direitos de personalidade carece da fruição de um patamar mínimo de igualdade. Já o crescimento econômico visa o coletivo e o bem-estar da sociedade, tanto pela riqueza quanto pelos recursos que ela pode gerar (ONU, 2011).

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano é aquele que situa as pessoas no centro do desenvolvimento, trata

da promoção do potencial das pessoas, do aumento de suas possibilidades e o desfrute da liberdade de viver a vida que eles valorizam (ONU, 2011). Tendo uma relação de certo modo com a satisfação das necessidades básicas e a capacidade de oportunidades.

Segundo o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD 2013) o conceito de desenvolvimento humano é, portanto mais amplo do que o conceito de desenvolvimento econômico estritamente associado à ideia de crescimento. Da mesma forma como ocorre com o conceito de desenvolvimento sustentável, isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo nenhum país pode manter e muito menos aumentar o bem-estar da sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é a condição necessária para o desenvolvimento humano e social, e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo o crescimento não é em si o objetivo último do processo de desenvolvimento, tão pouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida população (PNUD, 2013, p. 1).

Segundo o (PNUD 2013) o índice de Desenvolvimento Humano pode variar de 0 a 1, onde 0 é a pior situação e 1 a melhor. Ele é calculado tendo em conta os seguintes itens: escolaridade (educação), aqui é levado em conta o nível de escolarização do país, expectativa de vida (saúde), referente a média de vida de cada indivíduo e renda que é o resultado do crescimento econômico.

Com base nesses itens é calculado se o IDH de um país é baixo, médio ou elevado. Esses três itens são importantes para medir o IDH isso porque a inserção no mercado de trabalho com destaque em áreas urbanas é condicionada pela escolaridade, isso quer dizer que um país com alto grau de escolaridade tem um perfil de mão de obra cada vez mais qualificados gerando assim trabalhadores de alta renda, esses trabalhadores têm acesso a infraestrutura de saúde, remédio o que acaba aumentando a renda do país e também melhorar qualidade de vida.

Regista-se que a Austrália, os Estados Unidos e a Noruega são os primeiros países colocados no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano. Em contrapartida, a República Democrática do Congo e o Níger registram a menor pontuação na medição do IDH, que calcula os avanços nacionais nas áreas da educação, renda e saúde (PNUD, 2013).

Tendo em conta os conceitos aqui oferecidos, para nossa pesquisa vou trabalhar com o conceito de desenvolvimento sustentável oferecido pelo PNUD 2013 referenciado acima, que

coloca o homem no centro de desenvolvimento, priorizando de certo modo bem-estar das pessoas. Esse conceito se relaciona com as definições de pobreza apresentado mais acima: satisfação das necessidades básicas e a criação de oportunidade para a realização das capacidades humanas.

## **7. METODOLOGIA**

Para responder ao problema de pesquisa e alcançar o objetivo geral e específico do nosso trabalho será utilizada uma metodologia mista, isto porque vou me propor a trabalhar com dados estatísticos do resultado do censo demográfico da população de 2014 e com estimativas de taxa de pobreza do CEIC, que vão nos ajudar a entender a percentagem da situação de pobreza, bem como tentar buscar os significados atribuídos ao fenômeno pobreza se propondo a compreender e interpretar o PND 2013-2017 por intermédio desses dados.

É importante realçar que a proposta da nossa pesquisa envolve três momentos:

A primeira etapa da pesquisa terá como foco a sistematização, ou seja, vai consistir na organização dos dados estatísticos disponíveis no censo 2014 que por seu turno têm uma certa relação com a pobreza, a série do IDH e seus componentes no caso olhando para o fator escolaridade (educação), renda (crescimento económico) e expectativa de vida (saúde) e também as estimativas de taxa de pobreza oferecida pelo CEIC.

O segundo momento vai consistir na identificação dos programas propostos pelo PND 2013-2017 com particularidade para os setores de infraestrutura e o setor social, que exercem uma grande influência sobre a redução da pobreza.

O terceiro momento terá como foco a análise dos programas de combate à pobreza disponíveis no PND 2013-2017 levando em consideração os dados estatísticos no censo 2014 e a taxas de pobreza oferecidas pelo CEIC, levando em conta também o conceito de desenvolvimento sustentável.

**8. CRONOGRAMA**

Ano/Semestre	2019/1º	2019/2º	2020/1º	2020/2º	2021/1º	2021/2º
Reunião de orientação	X	X	X	X	X	X
Revisão bibliográfica e delimitação de corpus	X	X	X	X		
Análises preliminares	X	X				
Aprofundamento das análises e interpretação crítica dos conceitos e noções descritos		X	X			
Início da redação monográfica			X	X		
Apresentação da primeira versão da monografia					X	
Redação final e defesa						X

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Cesaltina. Educar para eliminar a pobreza. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Luanda, v.1, 2002.
- ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. **Plano Nacional de Desenvolvimento**. Luanda: MPDT, 2012.
- BARBOSA, Gisele. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, 2008.
- CORRÊA, Juciani Severo. A relação da pobreza e a educação de jovens e adultos. In: Jornada Nacional da Educação, XVI, 2012, Santa Maria. **Anais: XVI Jornada Nacional da Educação**. Santa Maria: Jornada Nacional de Educação, 2012.
- JHONSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar 1997.
- NARAYAN, D. Voices of the poor - Can anyone hear us? Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.
- ROCHA, Manuel José Alves da *et al.* **Estudos sobre a diversificação da economia angolana**. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2016.
- ROCHA, Manuel José Alves da. **Relatório Econômico de Angola 2016**. Luanda: CEIC, 2017.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.
- OLIVEIRA, Gilson de. Industrialização e desenvolvimento. **Revista FAE**, São Paulo, n. 2, 2002.
- ONU. **Relatório de Desenvolvimento Humano Global**, 2013.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.
- PNUD. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em:<[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)>. Acesso em: 10 mai. 2013.
- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2013a.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do bolsa família: autonomia, direito e cidadania**. São Paulo. UNESP. 2013.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3 eds. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 10. ed., São Paulo: Basterseler, 2002.

SANTOS, Giselli; ARCOVERDE, Ana. Pobreza, conceito e mensuração. **Jornal Internacional de Políticas Públicas**, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Silvia de. Modos de vida da pobreza em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, 2012, p. 125-134.

UNIVERSIDADE Católica de Angola. **Relatório Económico de Angola. 2016**. Luanda: